v7.n10.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A MARCHA PARA JESUS COMO ARENA TEOLÓGICO-POLÍTICA NO BRASIL (1993–2025)

THE MARCH FOR JESUS AS A THEOLOGICAL-POLITICAL ARENA IN BRAZIL (1993–2025)

LA MARCHA PARA JESÚS COMO ARENA TEOLÓGICO-POLÍTICA EN BRASIL (1993–2025)

Leonardo Corrêa Costa[1]

e7109125
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i10.9125

PUBLICADO: 10/2026

RESUMO

O presente artigo analisa a Marcha para Jesus como arena teológico-política no Brasil entre 1993 e 2025. Com abordagem interdisciplinar que articula sociologia da religião, teologia política e ciência política, o estudo reconstitui a trajetória do evento desde sua introdução no país, em 1993, a partir de um movimento surgido no evangelicalismo britânico no final dos anos 1980, até sua configuração contemporânea. Trata-se de pesquisa qualitativa e interpretativa que combina análise documental de um *corpus* de fontes primárias explicitado no texto — documentos institucionais dos organizadores, legislação federal, discurso presidencial, cobertura jornalística e dados do IBGE, do Datafolha e do DIAP — e revisão narrativa da literatura especializada. O estudo identifica crescente presença de repertórios políticos e eleitorais no evento ao longo do período analisado, sem que isso suprima sua dimensão litúrgico-devocional. Os resultados sugerem que a Marcha pode ser interpretada como fenômeno híbrido, no qual repertórios de louvor e repertórios de ação política coexistem e se reforçam, tensionando as distinções clássicas entre público e privado, sagrado e secular. A análise indica, ainda, que o evento atua como espaço de sociabilidade, de construção identitária e de visibilidade pública de segmentos de um campo evangélico internamente heterogêneo, cuja participação na população de 10 anos ou mais passou de 21,7% em 2010 para 26,9% em 2022, segundo o Censo Demográfico. O estudo não estabelece relação causal entre a participação no evento e o comportamento eleitoral, questão indicada como hipótese para pesquisas futuras.

PALAVRAS-CHAVE: Marcha para Jesus. Campo evangélico. Teologia política. Espaço público. Religião e política. Brasil.

ABSTRACT

This article analyzes the March for Jesus as a theological-political arena in Brazil between 1993 and 2025. Drawing on an interdisciplinary approach that combines sociology of religion, political theology, and political science, the study reconstructs the event's trajectory from its introduction in Brazil in 1993, based on a movement that emerged in British evangelicalism in the late 1980s, to its contemporary configuration. It is a qualitative and interpretive study that combines document analysis of an explicitly described corpus of primary sources — institutional documents produced by the organizers, federal legislation, a presidential speech, press coverage, and data from IBGE, Datafolha, and DIAP — with a narrative review of the specialized literature. The study identifies a growing presence of political and electoral repertoires in the event throughout the period analyzed, without suppressing its liturgical-devotional dimension. The findings suggest that the March can be interpreted as a hybrid phenomenon in which worship repertoires and political action repertoires coexist and reinforce each other, challenging classical distinctions between public and private, sacred and secular.

[1] Instituto Ânima, bolsista pesquisador, doutor em Educação.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

The analysis further indicates that the event operates as a space of sociability, identity construction, and public visibility for segments of an internally heterogeneous evangelical field, whose share of the population aged 10 or older rose from 21.7% in 2010 to 26.9% in 2022, according to the Demographic Census. The study does not establish a causal relationship between participation in the event and electoral behavior, a question indicated as a hypothesis for future research.

KEYWORDS: *March for Jesus. Evangelical field. Political theology. Public sphere. Religion and politics. Brazil.*

RESUMEN
El presente artículo analiza la Marcha para Jesús como arena teológico-política en Brasil entre 1993 y 2025. Con un enfoque interdisciplinario — sociología de la religión, teología política y ciencia política —, el estudio reconstruye la trayectoria del evento desde su introducción en el país, en 1993, a partir de un movimiento surgido en el evangelicalismo británico a finales de la década de 1980, hasta su configuración contemporánea. Se trata de una investigación cualitativa e interpretativa que combina el análisis documental de un corpus de fuentes primarias — documentos institucionales de los organizadores, legislación federal, discurso presidencial, cobertura periodística y datos del IBGE, de Datafolha y del DIAP — con una revisión narrativa de la literatura especializada. El estudio identifica una creciente presencia de repertorios políticos y electorales en el evento en el período analizado, sin suprimir su dimensión litúrgico-devocional. Los resultados sugieren que la Marcha es un fenómeno híbrido, en el cual repertorios de alabanza y repertorios de acción política coexisten y se refuerzan, tensionando las distinciones clásicas entre público y privado, sagrado y secular. El análisis indica, además, que el evento actúa como espacio de sociabilidad, de construcción identitaria y de visibilidad pública de segmentos de un campo evangélico internamente heterogéneo, cuya participación en la población de 10 años o más pasó del 21,7% en 2010 al 26,9% en 2022, según el Censo Demográfico. El estudio no establece una relación causal entre la participación en el evento y el comportamiento electoral, cuestión señalada como hipótesis para investigaciones futuras.

PALABRAS CLAVE: *Marcha para Jesús. Campo evangélico. Teología política. Espacio público. Religión y política. Brasil.*

INTRODUÇÃO

Desde 1993, a cidade de São Paulo recebe anualmente a Marcha para Jesus, evento que reúne nas ruas grande número de pessoas que se identificam como cristãs evangélicas e que, ao longo das décadas, passou a ser realizado também em diversas outras cidades brasileiras. O que se apresenta, em sua superfície, como expressão litúrgica de louvor coletivo e de testemunho público da fé cristã constitui, na hipótese interpretativa deste artigo, também um fenômeno sociopolítico relevante, que permite observar tensões e potencialidades da relação entre segmentos do campo evangélico brasileiro e o espaço público democrático.

A relevância do tema justifica-se, em primeiro lugar, pela transformação da composição religiosa do país. O Censo Demográfico de 2010 registrou que os evangélicos representavam 22,2% da população brasileira, frente a 9,0% em 1991 (IBGE, 2012). Os resultados preliminares da amostra do Censo 2022 sobre religião, divulgados pelo IBGE em junho de 2025, indicam que,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

entre as pessoas de 10 anos ou mais, a proporção de evangélicos passou de 21,7% em 2010 para 26,9% em 2022 — cerca de 47,4 milhões de pessoas —, enquanto a de católicos recuou de 65,0% para 56,7% (IBGE, 2025). O Censo 2022 confirmou, portanto, o crescimento da proporção de evangélicos e a redução da proporção de católicos, ainda que em ritmo de crescimento evangélico inferior ao das décadas anteriores.

Em segundo lugar, justifica-se pela crescente visibilidade política de atores evangélicos, amplamente documentada pela literatura (FRESTON, 1994; MACHADO, 2006; ORO; MARIANO, 2010; ALMEIDA, 2019). Nesse cenário, a Marcha para Jesus apresenta-se como objeto privilegiado de análise, pois em sua estrutura ritual e nos discursos que a atravessam é possível observar a convivência entre louvor e poder, entre testemunho público e mobilização política, entre identidade religiosa e pertencimento político.

O problema que orienta a pesquisa pode ser assim formulado: de que modo a Marcha para Jesus, ao longo de sua trajetória no Brasil (1993–2025), articulou repertórios litúrgico-devocionais e repertórios políticos, e em que medida pode ser interpretada como arena teológico-política?

O objetivo geral é analisar a Marcha para Jesus enquanto arena teológico-política no Brasil, examinando sua trajetória histórica de 1993 a 2025 à luz das transformações do campo evangélico e do espaço público democrático brasileiro. Os objetivos específicos são: (a) reconstituir as origens do evento e sua introdução no Brasil, distinguindo narrativas institucionais, jornalísticas e acadêmicas; (b) identificar, nas fontes analisadas, os momentos de institucionalização e de presença de atores políticos no evento; (c) discutir as pautas morais associadas à Marcha, diferenciando o que aparece nas fontes sobre o evento do que a literatura atribui ao campo evangélico em geral; e (d) interpretar o evento à luz das teorias do ritual e da teologia política, considerando as tensões internas ao campo evangélico.

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. A primeira apresenta o referencial teórico e define as categorias analíticas empregadas. A segunda descreve o percurso metodológico e o *corpus* analisado. A terceira, de resultados e discussão, reconstitui as origens da Marcha e sua chegada ao Brasil, examina suas transformações ao longo do tempo e oferece leitura interpretativa de natureza sociológica e teológica. A quarta, de considerações finais, sintetiza os achados e indica agendas de pesquisa.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. Espaço público, religião e democracia

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Compreender a Marcha para Jesus como arena teológico-política exige examinar as categorias que organizam o debate contemporâneo sobre religião e espaço público nas sociedades democráticas. A modernidade ocidental foi, em larga medida, pensada a partir do paradigma da secularização, que em suas formulações mais fortes previa o progressivo declínio da influência religiosa sobre a vida pública, à medida que as sociedades avançassem rumo à racionalização e à diferenciação funcional (BERGER, 1985; WEBER, 2004).

A revisão desse paradigma, empreendida sobretudo a partir dos anos 1990, indicou que a religião não se retirou da esfera pública, mas se reconfigurou. José Casanova (1994) identificou o processo de "desprivatização" da religião: instituições e movimentos religiosos passaram a reivindicar presença na esfera pública e a intervir em debates morais, políticos e sociais. No contexto brasileiro, essa desprivatização adquiriu feições particulares, associadas às dinâmicas dos campos pentecostal e neopentecostal (MARIANO, 1999; BURITY, 2001).

Jürgen Habermas (2006) reconheceu a necessidade de revisar o modelo liberal estrito de separação entre religião e razão pública, propondo a noção de "tradução" como mecanismo pelo qual contribuições religiosas podem ser incorporadas ao debate público, desde que transpostas para uma linguagem acessível a todos os cidadãos. O modelo habermasiano tem sido questionado por sua assimetria, pois exige da religião uma tradução que não é simetricamente exigida do discurso secular (TAYLOR, 2011).

No debate brasileiro, Burity (2016; 2018) propõe que a presença evangélica no espaço público seja analisada não apenas como instrumentalização da religião pela política, mas também como expressão de processos de minoritização e de reivindicação de reconhecimento, que articulam repertórios bíblicos, experiências de transformação pessoal e aspirações de transformação social.

1.2. Campo evangélico e neopentecostalismo: definições operacionais

A categoria "campo evangélico" é utilizada, neste artigo, na acepção bourdieusiana: designa o espaço social relativamente autônomo no qual agentes e instituições religiosas disputam o capital simbólico específico — a autoridade religiosa legítima — e no qual se produzem classificações, hierarquias e fronteiras (BOURDIEU, 1992). O campo evangélico brasileiro é internamente diferenciado, abrangendo desde igrejas históricas de tradição reformada até igrejas neopentecostais de formação recente, passando pelo pentecostalismo clássico das Assembleias de Deus e da Congregação Cristã no Brasil.

O neopentecostalismo, na tipologia consolidada por Mariano (1999), designa a vertente do pentecostalismo brasileiro surgida a partir da segunda metade dos anos 1970, caracterizada, entre outros traços, pela ênfase na teologia da prosperidade e na guerra espiritual, pela

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

relativização do ascetismo pentecostal clássico, pelo uso intensivo dos meios de comunicação e pela forte inserção no espaço público. A Marcha para Jesus no Brasil foi introduzida por liderança de uma igreja neopentecostal, a Renascer em Cristo, o que não autoriza, contudo, caracterizar todos os participantes ou todas as igrejas envolvidas a partir dessa matriz.

O campo evangélico não é monolítico em sua relação com a política. Conforme demonstraram Machado (2006), Oro e Mariano (2010) e Almeida (2019), há variações significativas entre denominações, lideranças e gerações quanto ao grau e à forma de engajamento político. Essa heterogeneidade constitui premissa da análise e deve ser considerada em todas as generalizações que se seguem.

1.3. A noção de arena teológico-política e a articulação das categorias

Por "arena teológico-política" entende-se, neste artigo, um espaço público de visibilidade no qual (a) enunciados e práticas religiosas são publicamente performados; (b) atores políticos e religiosos disputam reconhecimento e legitimidade diante de um público amplo; e (c) conteúdos teológicos — sobre o Reino de Deus, a nação e a moralidade — são articulados a posicionamentos sobre a ordem política. Empiricamente, a classificação da Marcha nesses termos apoia-se em três propriedades observáveis nas fontes: a presença de autoridades e candidatos no evento, o reconhecimento formal do evento pelo Estado e a circulação de pautas morais com implicações legislativas.

As categorias mobilizadas pertencem a arcabouços distintos e cumprem funções diferentes na análise. "Desprivatização" (CASANOVA, 1994) e "tradução" (HABERMAS, 2006) situam o problema em nível macro, das relações entre religião e democracia. "Campo evangélico" (BOURDIEU, 1992) e "neopentecostalismo" (MARIANO, 1999) operam em nível meso, descrevendo os agentes e suas disputas. "Communitas" (TURNER, 1969) e "ritual político" (KERTZER, 1988) operam em nível micro, orientando a leitura do evento como performance. Por fim, "dominionismo" é aqui tratado como categoria teológica descritiva de certas correntes do evangelicalismo norte-americano (WAGNER, 2008), e não como atributo empiricamente demonstrado dos organizadores brasileiros.

2. METODOLOGIA

O estudo adota metodologia qualitativa de natureza interpretativa, ancorada em três procedimentos articulados.

O primeiro é a análise documental de um *corpus* de fontes primárias e de dados secundários, sistematizado no Quadro 1. Foram incluídos documentos publicamente acessíveis que (a) se referem diretamente à Marcha para Jesus no Brasil ou (b) fornecem os dados

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

demográficos, eleitorais e parlamentares mobilizados na discussão. Os documentos foram lidos a partir de quatro categorias analíticas definidas previamente: dimensão litúrgico-devocional; institucionalização e reconhecimento estatal; presença de autoridades e candidatos; e pautas morais. As informações foram classificadas conforme sua origem — "segundo os organizadores", "segundo a imprensa" ou "segundo a literatura acadêmica" —, e as fontes institucionais da Marcha foram tratadas como fontes primárias produzidas pela organização, e não como literatura independente. Estimativas de público são apresentadas sempre com a indicação de quem as produziu, dadas as conhecidas limitações metodológicas das estimativas de multidão.

Quadro 1. *Corpus* documental analisado

Tipo de fonte	Documento	Uso na análise
Fonte primária institucional (organizadores)	Site oficial da Marcha para Jesus (MARCHA PARA JESUS, 2026)	Origem, coordenação e percurso da primeira edição no Brasil
Legislação	Lei nº 12.025/2009 (BRASIL, 2009)	Institucionalização e reconhecimento estatal do evento
Discurso oficial	Discurso presidencial na 27ª Marcha para Jesus, São Paulo, 2019 (BRASIL, 2019)	Presença de autoridades políticas no evento
Imprensa	Estado de Minas (2019a; 2019b); Panrotas (2020); Metrópoles (2022)	Presença política, pautas morais, cancelamento na pandemia e dados de intenção de voto
Dados demográficos	Censos Demográficos 2010 e 2022 (IBGE, 2012; 2025)	Composição religiosa da população
Dados parlamentares	Bancadas informais no Congresso 2023–2027 (DIAP, 2022)	Dimensão da bancada evangélica segundo critério do DIAP
Pesquisa de opinião	Datafolha, 17 a 19 out. 2022, registro BR-07340/2022 (METRÓPOLES, 2022)	Intenção de voto no 2º turno entre eleitores evangélicos

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

O segundo procedimento é a revisão narrativa da literatura brasileira e internacional sobre a Marcha para Jesus, o campo evangélico e as relações entre religião e política no Brasil. A busca foi realizada nas bases SciELO, Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES, com os descritores "Marcha para Jesus", "evangélicos e política" e "neopentecostalismo e espaço público", e complementada por obras clássicas da sociologia da religião e da teologia política. A seleção das obras foi intencional, orientada pela pertinência ao problema de pesquisa e pelo reconhecimento dos autores no campo. Por não ter seguido protocolo prévio com critérios formais de inclusão e exclusão, contagem de registros e avaliação de qualidade, a revisão é aqui assumida como narrativa, e não como sistemática.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

O terceiro procedimento é a leitura descritiva de dados secundários do IBGE (composição religiosa), do Datafolha (intenção de voto por religião) e do DIAP (composição da bancada evangélica). Esses dados são utilizados apenas como contexto e não permitem inferir relação causal entre a participação na Marcha e o comportamento eleitoral. O estudo não realizou análise própria de dados do Tribunal Superior Eleitoral.

As limitações do estudo incluem a ausência de dados sistemáticos sobre o perfil dos participantes da Marcha, a inexistência de levantamentos quantitativos longitudinais sobre o evento, a escassez de estudos etnográficos de longa duração e o fato de o *corpus* não abranger a totalidade das edições nem dos discursos proferidos no período. Por essa razão, a periodização apresentada nos resultados deve ser entendida como periodização analítica proposta pelo artigo, e não como sequência histórica mensurada.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Origens e introdução da Marcha para Jesus no Brasil (1987–1993)

A Marcha para Jesus tem suas raízes no evangelicalismo britânico da segunda metade dos anos 1980. Em 1987, o compositor e líder de louvor Graham Kendrick, em colaboração com Roger Forster, Lynn Green e Gerald Coates, organizou em Londres a primeira *March for Jesus*, concebida como proclamação pública de louvor nas ruas, e não como protesto ou reivindicação política (KENDRICK *et al.*, 1992). Nos anos seguintes, o formato difundiu-se pelo Reino Unido e por outros países, chegando, segundo os organizadores, à França, aos Estados Unidos e, em 1993, ao Brasil (MARCHA PARA JESUS, 2026).

A concepção do evento dialogava com a teologia do Reino de Deus e com correntes carismáticas que atribuíam ao louvor e à oração coletivos eficácia espiritual sobre o território. No mesmo período, autores norte-americanos como C. Peter Wagner (1991) difundiam a noção de “batalha espiritual em nível estratégico” e de “mapeamento espiritual”, posteriormente associada ao que se convencionou chamar de dominionismo (WAGNER, 2008). O artigo propõe essa aproximação como hipótese analítica: as fontes consultadas não permitem afirmar em que medida os organizadores britânicos ou brasileiros adotaram explicitamente essas formulações.

No Brasil, segundo a documentação institucional do evento, a Marcha foi introduzida em 1993, em São Paulo, sob a coordenação de Estevam Hernandes, fundador, com Sônia Hernandes, da Igreja Renascer em Cristo (MARCHA PARA JESUS, 2026). Segundo a mesma fonte, a primeira edição partiu da Avenida Paulista, seguiu pela Avenida Brigadeiro Luís Antônio e encerrou-se no Vale do Anhangabaú. As estimativas de público da primeira edição variam entre as fontes de divulgação do próprio evento, o que reforça a necessidade de tratá-las com cautela.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A centralidade de São Paulo pode ser compreendida à luz do peso da metrópole na expansão pentecostal e neopentecostal e de sua condição de espaço de intensa disputa simbólica (ROLIM, 1985; FRESTON, 1994). O artigo propõe interpretar a ocupação de vias centrais da cidade como forma de afirmação de pertencimento urbano de populações evangélicas, hipótese que requer, contudo, dados sobre a origem territorial dos participantes para ser testada.

Nos anos iniciais, as fontes descrevem o evento predominantemente por sua dimensão litúrgica: música, pregação e oração levadas às ruas. A dimensão política, embora latente na reivindicação do espaço público, aparecia como secundária. Segundo Freston (1994), esse período corresponde a uma fase em que a presença política evangélica ainda se articulava de forma pouco institucionalizada.

3.2. Expansão e institucionalização (1993–2009)

Ao longo dos anos 1990, a Marcha expandiu-se para outras capitais e cidades do interior, articulando redes denominacionais e interdenominacionais. Essa expansão acompanhou o crescimento do campo evangélico no período posterior à Constituição de 1988, quando atores evangélicos ampliaram sua presença parlamentar (FRESTON, 1994; PIERUCCI; PRANDI, 1996). Pierucci e Prandi (1996) analisaram a formação de uma bancada evangélica no Congresso Nacional com crescente capacidade de articulação coletiva; o artigo propõe que eventos como a Marcha possam ser lidos como espaços informais de visibilidade desse campo político, sem que as fontes analisadas permitam mensurar esse papel.

Segundo os organizadores e registros de divulgação do evento, a Marcha de São Paulo teria alcançado a marca de um milhão de participantes por volta de 2000 e, em anos posteriores, estimativas de dois a três milhões de pessoas; em alguns anos, as estimativas divulgadas pela Polícia Militar foram consideravelmente inferiores. Esses números, sujeitos às limitações das estimativas de multidão, sinalizam sobretudo a escala pública que o evento passou a reivindicar.

O crescimento veio acompanhado de progressiva institucionalização: articulação com órgãos municipais para licenciamento e segurança, participação de empresas do mercado fonográfico e editorial evangélico e crescente aparato midiático. A “explosão gospel” analisada por Cunha (2007) ajuda a compreender a Marcha como palco da indústria cultural evangélica, com apresentações de artistas de alcance nacional. O marco mais significativo dessa institucionalização é a Lei nº 12.025, de 3 de setembro de 2009, que instituiu o Dia Nacional da Marcha para Jesus, a ser comemorado “no primeiro sábado subsequente aos 60 (sessenta) dias após o Domingo de Páscoa” (BRASIL, 2009). Na prática, a edição paulistana tem sido realizada

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

com frequência no feriado de *Corpus* Christi, o que explica a variação de datas entre maio e junho ao longo dos anos.

Do ponto de vista da dinâmica interna ao campo evangélico, o artigo propõe que a Marcha tenha desempenhado ao menos duas funções. Primeiro, a de espaço de identidade evangélica transdenominacional, ao reunir membros de diferentes igrejas em um espaço comum — função que Anderson (2013) identifica em contextos pentecostais análogos. Segundo, a de espaço de reconhecimento de lideranças: o acesso ao palco pode ser interpretado, em chave bourdieusiana, como marcador de capital simbólico (BOURDIEU, 1992). Ambas as funções são propostas interpretativas que demandariam, para sua confirmação, pesquisa com participantes e lideranças.

3.3. Presença política e pautas morais (2010–2025)

A partir da década de 2010, a literatura identifica o fortalecimento de uma agenda conservadora em setores do campo evangélico brasileiro — processo que Almeida (2017; 2019) e Mariano e Gerardi (2019) analisam em termos de "onda conservadora" e de ativismo político de evangélicos conservadores. Tais categorias são aqui empregadas na acepção desses autores e não como descrição do conjunto dos evangélicos.

Três fatores são destacados pela literatura para compreender esse processo: a atuação de lideranças religiosas em temas morais com implicações legislativas; a centralidade das chamadas pautas de "valores" — como a oposição à legalização do aborto e a discussões sobre gênero nas escolas — na mobilização de parte do eleitorado evangélico (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012; VITAL DA CUNHA; LOPES; LUI, 2017); e a consolidação de mídias evangélicas de alcance nacional (CUNHA, 2007). A influência de redes internacionais como a chamada Nova Reforma Apostólica, associada ao projeto das "Sete Montanhas" (WAGNER, 2008), é mencionada por parte da literatura, mas as fontes aqui analisadas não documentam sua adoção explícita pelos organizadores da Marcha; trata-se, portanto, de aproximação analítica, e não de influência demonstrada.

No *corpus* analisado, o episódio de maior visibilidade da presença política no evento é a participação do então Presidente da República, Jair Bolsonaro, na 27ª edição da Marcha, em São Paulo, em 20 de junho de 2019 — primeira vez, segundo a imprensa, que um presidente em exercício participou do evento (ESTADO DE MINAS, 2019a). Segundo a mesma cobertura, o presidente declarou que o "Estado é laico, mas sou cristão"; o discurso encontra-se registrado pela Biblioteca da Presidência da República (BRASIL, 2019). Em 10 de agosto do mesmo ano, na Marcha para Jesus realizada em Brasília pelo Conselho de Pastores do Distrito Federal, o presidente afirmou que a "ideologia de gênero" seria "coisa do capeta" e que o apoio de grande

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

parte dos evangélicos teria sido “decisivo” em sua eleição (ESTADO DE MINAS, 2019b). O episódio ilustra a passagem de uma presença política difusa para uma presença institucional de alta visibilidade. Cabe distinguir, contudo, a presença protocolar de autoridades do apoio eleitoral explícito, distinção que o *corpus* disponível não permite estabelecer de modo sistemático para todas as edições.

3.4. Marcha para Jesus e eleições: dados de contexto

A interface entre a Marcha e os processos eleitorais pode ser contextualizada, mas não demonstrada causalmente, a partir de dados secundários. Segundo o levantamento do DIAP para a legislatura 2023–2027, a bancada evangélica, definida pela entidade como o conjunto de parlamentares membros de congregações evangélicas, pastores ou não, reúne 85 parlamentares: 73 deputados federais e 12 senadores (DIAP, 2022). Trata-se de um critério específico da entidade, distinto, por exemplo, da composição formal da Frente Parlamentar Evangélica.

Quanto ao comportamento eleitoral, pesquisa Datafolha realizada entre 17 e 19 de outubro de 2022, com 2.912 entrevistas em 181 municípios, margem de erro de dois pontos percentuais e registro BR-07340/2022 no TSE, indicou que, entre eleitores que se declararam evangélicos, 66% manifestavam intenção de voto em Jair Bolsonaro e 28% em Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno da eleição presidencial (METRÓPOLES, 2022). Trata-se de intenção de voto na amostra de eleitores evangélicos em um levantamento específico, e não de resultado eleitoral.

Esses dados indicam associação entre identidade religiosa e preferência política no período, já discutida pela literatura (MACHADO; BURITY, 2014; ORO; MARIANO, 2010), mas não demonstram que a Marcha tenha produzido tal comportamento. A hipótese de que o evento funcione como um dos espaços rituais em que preferências políticas são reforçadas permanece como agenda de pesquisa, dependente de dados sobre os participantes do evento.

3.5. Pautas morais e a pandemia como ruptura

Os temas da defesa da família, da oposição à legalização do aborto, da crítica à chamada “ideologia de gênero” e da defesa da liberdade religiosa aparecem recorrentemente nas fontes analisadas — em particular na cobertura do discurso presidencial na Marcha de Brasília, em 2019 (ESTADO DE MINAS, 2019b) — e são identificados pela literatura como centrais na agenda de setores do campo evangélico (MACHADO, 2006; VITAL DA CUNHA; LOPES; LUI, 2017; ALMEIDA, 2019). A tensão entre a reivindicação de universalidade dessas posições morais e o princípio democrático do pluralismo constitui um dos nós do debate. Autores como Taylor (2011)

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

sugerem que a saída não está na exclusão da voz religiosa do debate público, o que reproduziria um secularismo excludente, mas no reconhecimento de condições para uma contribuição religiosa que não imponha uma visão de mundo particular ao conjunto dos cidadãos (HABERMAS, 2006).

A pandemia de covid-19 constituiu ruptura na série histórica do evento. Em 2020, a Marcha de São Paulo, inicialmente prevista para junho e depois adiada, foi cancelada pelos organizadores, que anunciaram a proposição de formato não presencial (PANROTAS, 2020). A retomada presencial nas edições seguintes recolocou o evento no espaço urbano, e a comparação entre as edições anteriores e posteriores à pandemia constitui questão relevante para pesquisas futuras.

3.6. A Marcha como ritual político e experiência de *communitas*

À luz da antropologia do ritual, a estrutura da Marcha pode ser interpretada, a partir de Victor Turner (1969), como produtora de uma experiência de *communitas*: o ritual liminar suspende temporariamente as estruturas sociais ordinárias e favorece uma experiência de igualdade e fraternidade intensificadas. Na ausência de observação etnográfica ou de dados sobre os participantes, não é possível afirmar que tal experiência transcenda efetivamente diferenças de classe, raça e denominação; trata-se de possibilidade analítica sugerida pela forma do evento.

Ao mesmo tempo, a Marcha pode ser lida como ritual político no sentido proposto por David Kertzer (1988): um conjunto de atos simbólicos que constroem e reproduzem relações de poder, legitimam autoridades e mobilizam afetos políticos. O desfile pelas ruas, a ocupação do espaço urbano e o uso ordenado de sons e corpos expressam uma demanda de reconhecimento que tem dimensão política, independentemente das intenções declaradas pelos organizadores.

O artigo propõe que a articulação entre experiência religiosa coletiva e visibilidade política seja constitutiva do formato ritual da Marcha: o mesmo ato de louvor nas ruas pode produzir vínculo entre os participantes e afirmação pública de presença. Essa ambivalência torna o evento refratário a leituras unidimensionais. Nessa direção, a análise de Campos (1997), que interpreta o neopentecostalismo a partir das metáforas do teatro, do templo e do mercado, sugere que grandes eventos religiosos não apenas expressam, mas também constroem ativamente identidades religiosas.

3.7. Tensões internas ao campo evangélico

Seria um equívoco tratar o campo evangélico — e a própria Marcha — como bloco homogêneo. Correntes teológicas vinculadas ao Movimento de Lausanne e à missão integral

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

oferecem referenciais críticos à identificação do evangelho com plataformas políticas particulares e sustentam que a justiça social e econômica é tão central à visão bíblica de *shalom* quanto as questões de moralidade familiar (PADILLA, 2005; STOTT, 2010). Do mesmo modo, teólogos de diferentes matizes criticam leituras que identificam o Reino de Deus com projetos de poder político temporal (WRIGHT, 2012).

Cabe registrar que esses autores oferecem referenciais teológicos críticos de alcance geral, e não críticas empíricas dirigidas especificamente à Marcha para Jesus. O levantamento sistemático de manifestos, entrevistas ou pronunciamentos de lideranças evangélicas brasileiras que se refiram diretamente à politização do evento não foi realizado neste estudo e constitui agenda de pesquisa. Ainda assim, a heterogeneidade política do campo, documentada pela literatura (MACHADO, 2006; ALMEIDA, 2019), indica que a Marcha, embora tenda a dar maior visibilidade a vozes conservadoras e neopentecostais, também pode ser lida como arena de disputa sobre o sentido do engajamento evangélico na vida pública.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou a Marcha para Jesus como arena teológico-política no Brasil ao longo de três décadas (1993–2025), evidenciando a complexidade e a polissemia de um fenômeno que resiste a simplificações. Longe de poder ser compreendida unicamente como manifestação religiosa ou como instrumento político, a Marcha pode ser interpretada como espaço híbrido no qual o litúrgico e o político, o devocional e o eleitoral se interpenetram de formas que variam historicamente.

O estudo identifica crescente presença de repertórios políticos e eleitorais no evento ao longo do período analisado, com marcos documentados como o reconhecimento em lei federal, em 2009, e a participação de um Presidente da República em exercício, em 2019. Esse processo relaciona-se, segundo a literatura, a três ordens de transformação: demográfica — o crescimento da proporção de evangélicos, que, entre as pessoas de 10 anos ou mais, passou de 21,7% em 2010 para 26,9% em 2022, enquanto a de católicos recuou de 65,0% para 56,7% (IBGE, 2025); político-institucional — a presença de uma bancada evangélica no Congresso Nacional; e cultural — a centralidade de pautas relativas a gênero, sexualidade e família na mobilização de setores do campo evangélico (ALMEIDA, 2019; MARIANO; GERARDI, 2019).

Do ponto de vista teológico, a análise evidencia tensões entre diferentes visões do papel dos cristãos no mundo: de um lado, correntes de engajamento cultural e político que veem na ocupação de espaços de poder um imperativo missional; de outro, tradições de testemunho

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

profético que mantêm distância crítica em relação ao poder político. A Marcha para Jesus pode ser lida como expressão e, ao mesmo tempo, como espaço de disputa dessas tensões.

As implicações para pesquisas futuras são múltiplas: estudos etnográficos com participantes e lideranças; análise longitudinal e padronizada dos discursos proferidos em diferentes edições; distinção entre presença protocolar de autoridades e apoio eleitoral explícito; investigação de gênero, classe, raça e território entre os participantes; análise da tramitação da Lei nº 12.025/2009; comparação com outras manifestações religiosas e cívico-religiosas no espaço público brasileiro; e exame dos efeitos da pandemia sobre o formato e as estratégias de mobilização do evento.

O que o presente artigo permite afirmar é que a Marcha para Jesus constitui fenômeno relevante para a compreensão das relações entre religião e democracia no Brasil contemporâneo, e que sua análise se beneficia da articulação entre o rigor das ciências sociais e a sensibilidade hermenêutica da teologia.

Financiamento: O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza.
Conflito de interesses: O autor declara não haver conflito de interesses.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, 2017.

ALMEIDA, Ronaldo de. Deus acima de tudo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 349-357, maio/ago. 2019.

ANDERSON, Allan. **To the ends of the earth**: Pentecostalism and the transformation of world Christianity. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BERGER, Peter L. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRASIL. Lei nº 12.025, de 3 de setembro de 2009. Institui o Dia Nacional da Marcha para Jesus. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 set. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12025.htm. Acesso em: 23 set. 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a 27ª edição da Marcha para Jesus 2019** – São Paulo/SP. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-a-27a-edicao-da-marcha-para-jesus-2019-sao-paulo-sp. Acesso em: 23 set. 2026.

BURITY, Joanildo A. Religião e política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. **Rever**: Revista de Estudos da Religião, São Paulo, n. 4, p. 27-45, 2001. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv4_2001/p_burity.pdf. Acesso em: 23 set. 2026.

BURITY, Joanildo A. Minoritização e pluralização: em que sentido falam as políticas de presença evangélica no Brasil atual? **Latin American Perspectives**, v. 43, n. 3, p. 116-132, 2016.

BURITY, Joanildo A. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (org.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos**: análises conjunturais. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. p. 15-66.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **Teatro, templo e mercado**: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Simpósio; São Bernardo do Campo: UMESP, 1997.

CASANOVA, José. **Public religions in the modern world**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CUNHA, Magali do Nascimento. **A explosão gospel**: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X; Instituto Mysterium, 2007.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR – DIAP. **Bancadas informais no Congresso**: abordagem preliminar – 57ª legislatura – 2023/2027. Brasília: DIAP, nov. 2022. Disponível em: https://www.diap.org.br/images/stories/bancadas_informais_congresso_2023_2027.pdf. Acesso em: 23 set. 2026.

ESTADO DE MINAS. Bolsonaro participa da Marcha para Jesus, em SP: “Estado é laico, mas sou cristão”. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 20 jun. 2019a. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/06/20/interna_politica,1063449/bolsonaro-participa-marcha-para-jesus-sp-estado-laico-sou-cristao.shtml. Acesso em: 23 set. 2026.

ESTADO DE MINAS. Bolsonaro diz que ideologia de gênero é do “capeta” em Marcha para Jesus. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 10 ago. 2019b. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/08/10/interna_politica,1076385/bolsonaro-diz-que-ideologia-de-genero-e-do-capeta-em-marcha-para-jes.shtml. Acesso em: 23 set. 2026.

FRESTON, Paul. **Evangélicos na política brasileira**: história ambígua e desafio ético. Curitiba: Encontrão, 1994.

HABERMAS, Jürgen. Religion in the public sphere. **European Journal of Philosophy**, v. 14, n. 1, p. 1-25, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.1468-0378.2006.00241.x. Acesso em: 23 set. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: religiões: resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2025. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/3f1708b5d315aca50d5a7d8764469c45.pdf. Acesso em: 23 set. 2026.

KENDRICK, Graham; COATES, Gerald; FORSTER, Roger; GREEN, Lynn. **March for Jesus**. Eastbourne: Kingsway, 1992.

KERTZER, David I. **Ritual, politics, and power**. New Haven: Yale University Press, 1988.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião**: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo A. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 601-631, 2014.

MARCHA PARA JESUS. **Marcha para Jesus**: o maior evento popular cristão do mundo – história. São Paulo, 2026. Fonte primária institucional produzida pela organização do evento. Disponível em: https://www.marchaparajesus.com.br/. Acesso em: 23 set. 2026.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1999.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **Revista USP**, São Paulo, n. 120, p. 61-76, 2019. Disponível em: https://revistas.usp.br/revusp/article/view/155531. Acesso em: 23 set. 2026.

METRÓPOLES. Datafolha: Lula cresce entre católicos; Bolsonaro, entre evangélicos. **Metrópoles**, Brasília, out. 2022. Disponível em: https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2022/datafolha-lula-cresce-entre-catolicos-bolsonaro-entre-evangelicos. Acesso em: 23 set. 2026.

ORO, Ari Pedro; MARIANO, Ricardo. Eleições 2010: religião e política no Rio Grande do Sul e no Brasil. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 11, n. 18, p. 11-38, jul./dez. 2010.

PADILLA, C. René. **Missão integral**: ensaios sobre o Reino e a igreja. Londrina: Descoberta, 2005.

PANROTAS. São Paulo cancela Marcha para Jesus e Parada LGBT. **Panrotas**, São Paulo, 25 jul. 2020. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/coronavirus/eventos/2020/07/sao-paulo-cancela-marcha-para-jesus-e-parada-lgbt_175371.html. Acesso em: 23 set. 2026.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil**: religião, sociedade e política. São Paulo: Hucitec, 1996.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Pentecostais no Brasil**: uma interpretação sócio-religiosa. Petrópolis: Vozes, 1985.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

STOTT, John. **A missão cristã no mundo moderno**. Viçosa: Ultimato, 2010.

TAYLOR, Charles. Why we need a radical redefinition of secularism. In: MENDIETA, Eduardo; VANANTWERPEN, Jonathan (ed.). **The power of religion in the public sphere**. New York: Columbia University Press, 2011. p. 34-59.

TURNER, Victor. **The ritual process**: structure and anti-structure. Chicago: Aldine, 1969.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. **Religião e política**: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll; ISER, 2017.

WAGNER, C. Peter. **Engaging the enemy**: how to fight and defeat territorial spirits. Ventura: Regal Books, 1991.

WAGNER, C. Peter. **Dominion!**: how kingdom action can change the world. Grand Rapids: Chosen Books, 2008.

WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WRIGHT, N. T. **How God became King**: the forgotten story of the Gospels. New York: HarperOne, 2012.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.